

É urgente a definição da LDO-2007

As notícias do “front” indicam que chega a hora de dar um basta!

No dia 13/9, o Fórum das Seis reuniu-se a partir das 14h30 na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), aguardando poder intervir na reunião do Colégio de Líderes, convocada para as 15h30 pelo presidente da Casa, deputado Rodrigo Garcia (PFL).

O Fórum das Seis insistiu para ser recebido, primeiro pelo Colégio de Líderes e, depois, pelo Presidente da Alesp, mas ambos os pedidos foram recusados.

A perspectiva do Fórum das Seis era obter a convocação de sessão extraordinária, tendo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2007) como único item de pauta, já que esta é uma prerrogativa do Presidente da Alesp. Os deputados Edson Aparecido (PSDB, líder do Governo), Vaz de Lima (PSDB, vice-líder do Governo) e Campos Machado (líder do PTB) bloquearam todas as propostas de negociação referentes à votação da LDO-2007. Conivente com estas forças políticas, o deputado Rodrigo Garcia recusou-se a convocar sessão extraordinária para discutir a LDO-2007.

O PSDB, o PTB, o PPS, principais aliados num eventual futuro governo encabeçado pelo PSDB, têm feito

tudo para evitar a discussão e a votação aberta do relatório da LDO-2007 aprovado pela Comissão de Finanças e Orçamento em 29/8, que contém avanços significativos para a Educação Pública em geral e medidas de controle dos gastos governamentais.

Manobra irregular

A situação é grave. A sociedade paulista

está perto de ser submetida a uma manobra altamente irregular, devido à interferência indébita do poder Executivo — melhor dizendo: de forças políticas que já se julgam o próximo Executivo! — sobre o Poder Legislativo: o Estado de São Paulo poderá ficar sem a LDO-2007, que deve orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA-2007). Pior ainda, isso só acontece devido à postura cúmplice de membros do Legislativo estadual, entre eles o próprio presidente, deputado Rodrigo Garcia (PFL). Isto é inadmissível!

É importante alertar que compete à Alesp dispor sobre matérias de competência do Estado, entre outras: “plano plurianual, diretrizes

Agenda de Lutas

1 Presença massiva na 3ª feira, 19/9, a partir das 16h, para pressionar o plenário da Alesp a votar e referendar o relatório da LDO-2007 aprovado pela Comissão de Finanças e Orçamento em 29/8;

2 Discutir com especialistas em Direito Constitucional iniciativas que questionem a legalidade de a Alesp deixar de cumprir a sua obrigação de colocar em pauta, discutir e deliberar sobre a LDO-2007.

orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e empréstimos externos, a qualquer título, pelo Poder Executivo;” (inciso II do artigo 19 da Constituição Estadual, g. n.). Assim como cabe lembrar que “A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública estadual, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento” (§ 2º do artigo 174 da mesma Constituição). E como seria de-

finida a LOA-2007 sem a definição prévia daquela que deve orientá-la, a LDO-2007?

Parece haver um plano deliberado pelo PSDB e partidos aliados de definir a LOA-2007 sem ter a LDO-2007 aprovada pelo Legislativo, manobra esta que “curto-circuitaria” o processo estabelecido na Constituição, mediante o qual

antes de se decidir sobre a destinação dos recursos, são decididas as prioridades das políticas públicas. A não observância prática, parcial ou total deste preceito é gravíssima, tanto do ponto de vista do exercício da democracia representativa, como do respeito ao direito de os cidadãos influírem no planejamento do Estado (e ainda falam em participação!).

Estariam as forças políticas que ocupam hoje o Poder Executivo — e que visam a continuar governando o Estado de São Paulo — caminhando, mesmo que inadvertidamente, para criar uma “ditadura civil”? Como explicar a obstrução do PSDB, do PFL, do PTB, do PPS à definição da LDO-2007?

Sessões em 19/9

O Fórum das Seis foi informado de que em 19/9, terça-feira, haverá reunião do Colégio de Líderes e sessões ordinária e extraordinária da Alesp. Consta que foi este o compromisso assumido pela Presidência da Casa em 13/9 (mas as coisas têm sido dinâmicas...). Deverão estar na pauta a votação da urgência para a LDO-2007, a concessão de anistia de multas e juros de mora a devedores do ICMS (mais uma benesse fiscal...) e o projeto de equiparação dos delegados ao pessoal do judiciário.

Diante deste quadro tenebroso, a respeito do qual a sociedade paulista sequer é informada pelos órgãos da imprensa, será necessário que, mais uma vez, professores, funcionários e estudantes se mobilizem e estejam presentes na Alesp neste período para tentar garantir que o Presidente da Casa pautar a matéria, exigir que ela seja colocada em regime de urgência e que o plenário referende o relatório da LDO-2007 aprovado pela Comissão de Finanças e Orçamento em 29/8, que foi fruto da nossa luta.

Todos à Alesp no dia 19/9, a partir das 16 horas. Sua participação é muito importante!

Todos à Alesp no dia 19/9, a partir das 16 horas.

Sua participação é muito importante!

LDO-2007

DEPUTADOS QUE VOTARAM A FAVOR DO RELATÓRIO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO (CFO), QUE CONTEMPLA AUMENTO DE RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA



**Edmir Chedid
(PFL)**



**José Caldini
Crespo (PFL)**



**Mário Reali
(PT)**



**Paulo Sérgio
(PV)**



**Renato
Simões (PT)**



**Romeu Tuma
(PMDB)**



**Waldir
Agnello (PTB)**



**Edson Aparecido
(PSDB)**



**Arnaldo
Jardim (PPS)**



**Vaz de Lima
(PSDB)**

DEPUTADOS QUE VOTARAM CONTRA O RELATÓRIO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, QUE CONTEMPLA AUMENTO DE RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA

?

E o deputado Rodrigo Garcia (PFL), presidente da Alesp, por que até agora não convocou sessão extraordinária para votar o relatório da LDO?



Adusp e Reitoria tratam da Ação do Gatilho

No dia 1º de setembro ocorreu na sede da Adusp uma primeira reunião para tratar com a Reitoria da execução da ação ganha pela Adusp, referente aos gatilhos salariais de 1987, em conformidade com solicitação apresentada pela entidade à reitora Suely Vilela. Na presente reunião a Reitoria foi representada pela procuradora-chefe da Universidade, Ana Maria da Cruz, e por Lívia Maria, do Gabinete da Reitoria. Pela Adusp participaram os professores Francisco Miraglia, Américo Kerr e Ciro Correia, além dos advogados da entidade Lara Lorena e Fernando Barros.

Os itens tratados compreen-

diam: 1) acertar as divergências quanto à listagem de beneficiários da ação de tal modo que se entregue ao juiz uma relação de beneficiários acordada entre as partes, 2) buscar acordar a sistemática do cálculo, para o ano de 1987, do montante representado pelo pagamento em atraso de gatilhos salariais, bem como dos gatilhos que deixaram de ser pagos naquele ano, e 3) tratar da questão da incorporação do percentual de 32,96% aos beneficiados em conformidade com o expresso na sentença transitada em julgado.

Os representantes da Reitoria manifestaram disposição de que haja entendimento quanto aos dois primeiros itens, ficando

estabelecido que a Adusp enviaria ainda este mês para à professora Suely Vilela os reparos que considera necessário fazer com relação à lista dos beneficiários que a USP fez publicar no *Diário Oficial* de 17/2/2006 e a sistemática que considera correta quanto aos cálculos da dívida relativa aos gatilhos devidos e não pagos e aos gatilhos pagos em atraso, ambos referentes ao ano de 1987, uma vez que as planilhas anexadas ao processo pela Reitoria também apresentam muitas inconsistências, conforme já notificado pela Adusp ao juiz.

Os 32,96% em questão

Quanto à questão da incorporação dos 32,96% aos

salários dos beneficiários, os representantes da Reitoria reiteraram a posição de que esse item já teria sido compensado por reajustes anteriores em conformidade com legislação estadual da época. Os representantes da Adusp reafirmaram que esse entendimento foi vencido durante o processo, tendo o juiz, com clareza, determinado a sua incorporação. Frisou-se a importância de a Reitoria abrir um diálogo com a entidade a respeito deste ponto. Por um lado, porque não parece razoável que uma autarquia da importância da USP procure, na fase de execução da ação já transitada em julgado, discutir partes do processo.

Por outro lado, porque isso pode conduzir a uma situação tal que uma nova determinação judicial pode acabar por inviabilizar um acordo que procure preservar a sustentabilidade financeira da universidade, princípio pelo qual a Adusp sempre lutou e continuará a lutar.

É nossa expectativa que no mais breve período de tempo a Reitoria chegue a um encaminhamento comum com a Adusp quanto à lista e aos cálculos da dívida relativa ao ano de 1987, e abra um processo de diálogo sobre como contemplar a determinação da incorporação aos vencimentos do percentual de 32,96%.

Adusp questiona restrições ao acesso noturno. Prefeitura não se manifesta

A contagem regressiva impera no final das aulas do período noturno no campus da capital. Professor, funcionário e estudante sabem que, se se demorarem pelos corredores um pouco mais, terão que enfrentar a longa espera por ônibus circulares, o trânsito congestionado do portão 1 e — para os que moram nos arredores dos portões 2 e 3 — alguns quilômetros a mais no percurso até a porta de casa.

Desde 7/8, a Prefeitura do Campus adotou políticas que prevêm, segundo o ofício circular GP/05/PCO/010806, enviado às unidades, “melhorar as condições de segurança do campus”. A mudança consistiu em restringir o horário de funcionamento das portarias de veículos e pedestres, estabelecendo normas mais rígidas para acesso ao campus no período da noite e aos finais de semana.

Em 11/8, a Adusp enviou um ofício ao prefeito do campus, professor Adilson Carva-

lho, com cópia para a reitora Suely Vilela, em que solicitou a revisão da nova política. “Não conseguimos depreender como a eliminação do acesso controlado pelos portões 2 e 3 possa significar melhoria na segurança da comunidade. Esses outros dois portões também contam com a presença de vigilância e o acesso controlado, que continuará sendo feito pelo portão 1, também poderia ocorrer nesses dois portões”, afirma a Adusp.

Discriminação

“Limitar o acesso apenas pelo portão 1 significa uma discriminação injustificável a uma grande parcela da comunidade universitária que reside nos bairros próximos às outras duas entradas, especialmente no portão 3 (FMVZ, Corifeu A. Marques). Em alguns casos, significa acrescentar de 4 a 6 km a um percurso que seria de algumas centenas de metros”.

O documento lembra que o trabalho de pesquisa na uni-

versidade muitas vezes exige o acesso aos laboratórios em horários noturnos, finais de semana e feriados. “Não bastasse a dedicação e o altruísmo exigido destas pessoas, essa nova sistemática ainda lhes imporá dificuldades adicionais injustificáveis à realização de seu trabalho. A situação torna-se ainda mais perversa quando trata-se de pessoas que não dispõem de meios de transporte próprios”.

De acordo com a Adusp, a estrutura operacional da USP deve funcionar de modo a facilitar e estimular as atividades fins da instituição, o que inclui o pleno acesso da comunidade universitária por todos os portões que contam com vigilância. A entidade sugeriu, para evitar lentidão, que o início do acesso noturno controlado se dê após o início da segunda aula dos cursos noturnos (21h10), e não após as 20h00 como atualmente.

Renato Figueiredo Jardim, chefe do Departamento de Física dos Materiais e Mecâni-

ca, do Instituto de Física (IF), considera a restrição do acesso parte de um contexto mais amplo de desrespeito aos participantes de cursos do período noturno. Além dos portões, segundo o professor do IF, contribuem com esse descaso a escassa circulação de ônibus circulares à noite, bem como a precariedade do sistema de iluminação. Para Renato Jardim, essas questões, que ocasionam “um sério problema de segurança”, também têm relação com o índice de evasão entre os que estudam à noite. “A Universidade só vai resolver o problema quando tratar o estudante noturno de maneira decente, sem marginalizá-lo”, critica.

“Recebemos algumas reclamações de alunos, dizendo que complicou muito o acesso”, relata Roberta Costa, do DCE-Livre da USP. A estudante explica que a entidade está discutindo a nova regulamentação dos portões dentro de um contexto de ameaça à autonomia dos espaços estu-

dantis na USP, o que deve ser tema de Assembléia Geral.

“Abertura”

Hamílcar Ferreira Miranda, assistente do prefeito do campus da capital, afirma que “havia abertura” da Prefeitura para “receber sugestões e comentários”. A disposição da Prefeitura quanto a sugestões foi anunciada depois que entraram em vigor os novos horários. Segundo Hamílcar, as propostas deram origem a uma pequena revisão, que afrouxou a restrição ao acesso durante os finais de semana. Indagado sobre a resposta ao ofício da Adusp, o assistente garante que a Prefeitura responderá, só não disse quando. “A gente teve um volume de informações muito grande”, justifica.

Para o professor Américo Kerr, a abertura a sugestões não significou uma disposição em pensar coletivamente uma política de segurança. “A alteração foi feita e sequer recebemos resposta”, denuncia.